

Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica

**LA PLANIFICACIÓN TERRITORIAL Y EL URBANISMO DESDE EL DIÁLOGO
Y LA PARTICIPACIÓN**

Buenos Aires, 2 – 7 de mayo de 2010
Universidad de Buenos Aires

**A NATUREZA DA “AMBIENTALIZAÇÃO” DO DISCURSO DO
PLANEJAMENTO**

Ester Limonad

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Universidade Federal Fluminense
ester_limonad@yahoo.com

A natureza da “ambientalização” do discurso do planejamento (Resumo)

Trata-se em linhas gerais de apontar a natureza da ambientalização do discurso do planejamento que, de modo recorrente na última década, incorporou as idéias da sustentabilidade do desenvolvimento e das cidades sustentáveis. Refletir sobre estas questões implica em um exame crítico da sociedade, uma vez que alguma concepção de natureza e ambiente atravessa todas as práticas sócio-espaciais contemporâneas. Não só a produção teórica, mas a prática de planejamento defronta-se com um impasse, devido a necessidade de integrar as dimensões social e ambiental – à medida que ambas integram a produção social do espaço. Cabe, portanto, uma leitura crítica da ambientalização do discurso do planejamento, que esmiúce tais noções para se avançar rumo a uma prática crítica de planejamento.

Palavras-chave: planejamento ambiental, desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis.

The nature of the planning discourse “environmentalization” (Abstract)

Our main concern is to point out the nature of the planning discourse “environmentalization” including the ideas of sustainable development and sustainable cities during the last decade. To reflect upon such issues requires a critical exam of society, since some conception of nature and environment lay within all contemporary socio-spatial practices. Besides theoretical literature, the planning practice faces a stalemate where is necessary to integrate the social and environmental dimension, since both join together the social production of space. Hence it is worth doing a critical

reading upon the environmentalization of the planning discourse, aiming to scrutinize such notions in order to move towards a critical practice of planning,

Key words: environmental planning, sustainable development, sustainable cities

Planejadores, arquitetos e urbanistas, secundados por ambientalistas, geógrafos, advogados e outros profissionais passaram a defender, na última década, a cidade sustentável, metrópoles sustentáveis e a preservação ambiental. Sem dúvida ninguém, aparentemente, é contra a sustentabilidade e, muito menos ainda, contra a defesa da natureza. Das populações indígenas ao Banco Mundial, grupos variados entre os quais se contam empresas multi e transnacionais todos se declaram favoráveis a preservação da natureza e ao desenvolvimento sustentável. Sem embargo cada um o faça com agendas e interesses diferentes e por vezes totalmente contraditórios. De fato a questão ambiental converteu-se em um rótulo de legitimação de diferentes práticas e penetrou profundamente em todas esferas da reprodução social contemporânea.

Na esfera empresarial e corporativa empresas de vários ramos industriais buscam selos de certificação ambiental, que abrangem desde os certificados ISO 14.000 aos selos verdes ou outras rubricas.

Desmatam-se florestas, em seu lugar plantam-se outras tantas árvores, muitas vezes eucaliptos e pinheiros, monoculturas alienígenas comprovadamente desastrosas em termos ambientais para a fauna e flora nativas.

Explora-se petróleo em alto mar em “campos” com nomes sugestivos como jubarte, garoupa, etc. Não se tratam de homenagens a fauna marinha, mas de explorações em áreas de reprodução desses animais, alguns ameaçados de extinção. No âmbito do agronegócio se comercializam a preços elevados produtos orgânicos, isentos de produtos nocivos, não obstante vicejem em diversos lugares produtos transgênicos mais baratos, que a despeito das proibições e interdições adotadas por alguns países podem colocar em risco através da polinização a reprodução de plantas com sementes.

Não é de surpreender, portanto, a incorporação de questões e temas ambientais no discurso do planejamento. Na última década tornou-se comum falar em desenvolvimento sustentável, cidades sustentáveis, práticas sustentáveis, turismo sustentável, gestão costeira sustentável, e enfim, por que não? Um planejamento sustentável.

Embora não haja muita clareza ou convergência de opiniões sobre o que seria essa sustentabilidade.

Mesmo, assim, o termo sustentável aparece como algo que surgiu nas duas últimas décadas do século XX, e soe ser adotado de forma indiscriminada para adjetivar propostas, práticas e coisas, por servir-lhes como reforço positivo.

Trata-se em linhas gerais de apontar a natureza da ambientalização do discurso do planejamento que, de modo recorrente na última década, incorporou as idéias da sustentabilidade do desenvolvimento e das cidades sustentáveis. Refletir sobre estas

questões implica em um exame crítico da sociedade, uma vez que alguma concepção de natureza e ambiente atravessa todas as práticas contemporâneas (Harvey, 1996, p.174). Portanto, não só a produção teórica, mas a prática de planejamento defronta-se com um impasse em que é necessário integrar a dimensão social e ambiental – à medida que ambas integram a produção social do espaço (social). Cabe, portanto, uma leitura crítica da ambientalização do discurso do planejamento, que esmiúce tais noções para se avançar rumo a uma prática crítica de planejamento territorial integrado.

Uma primeira aproximação, ou como ser contra o desenvolvimento sustentável?

Uma das primeiras definições sobre o que seria o planejamento territorial contemporâneo remonta à declaração da Carta de los Andes (CINVA, 1960), elaborada no "Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano", realizado em 1958 na cidade de Bogotá - Colômbia, sob os auspícios do Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento – CINVA, de que "o planejamento é um processo de ordenamento e previsão para conseguir, mediante a fixação de objetivos e por meio de uma ação racional, a utilização ótima dos recursos de uma sociedade em uma época determinada".

Tal conceituação pioneira de planejamento carrega em si mesma alguns problemas. A começar pela ação racional, que marcou várias práticas de planejamento daquele período (1950-1960).

Primeiro, por inexistirem ações puramente racionais, por ser impossível elencar todas as variáveis e suas conseqüências; segundo, pelo fato da "realidade" em estudo não se manter estática e imutável durante o processo de análise, diagnóstico e prognóstico, conforme a proposta do modelo racional-global de planejamento (Etzioni, 1973). Esse modelo racional-global de planejamento, elaborado no Massachusetts Institute of Technology (MIT) durante o alvorecer da Guerra Fria, no início da década de 1950, não obstante tenha sido relegado a um segundo plano nas práticas de planejamento, tem sido privilegiado nos estudos de impacto ambiental. O caráter enciclopédico e multidisciplinar desse modelo possibilita incorporar diferentes conjuntos de variáveis, mensuradas em uma matriz de ponderações tipo custo-benefício. Isto, porém, é feito de forma mecânica com ponderações subjetivas, muitas vezes relacionadas aos interesses em jogo. O que acarreta problemas ao se incorporar a variável humana e social.

À complicação introduzida pela ação racional soma-se a "utilização ótima", que em si mesma remete a outro problema: ótima para quem, segundo quais critérios e segundo que interesses? Ou seja a "utilização ótima" depende dos objetivos que são estabelecidos por quem promove o planejamento.

De fato, o processo de planejamento é variável e depende de quem o promove: o Estado, as corporações ou grupos sociais com interesses específicos. Além disso, não se pode relevar, que muitas vezes mesmo a participação é planejada no processo de planejamento (Limonad, 1984). Usualmente cabe a população atuar e participar das decisões ao nível das decisões táticas, mas não das decisões estratégicas. Tal participação soe contribuir para legitimar a prática de planejamento, mas não abre espaço para os envolvidos de fato decidirem sobre o que lhes interessa. Cabe a população, como no caso dos Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) ou mesmo em planos diretores. Faz-se reuniões, discute-se

onde será a represa, qual a área a ser inundada, etc. Não se questiona, porém, se os envolvidos desejam essa intervenção, se há uma real necessidade desta implantação para a área, ou ainda se haveriam outras alternativas. Por conseguinte, a utilização ótima dos recursos naturais estaria a serviço daqueles que promovem o processo de planejamento. Enfim, pode-se dizer que esta questão da utilização ótima dos recursos no processo de planejamento pode ser vista como um vínculo precoce do planejamento com a questão ambiental, ainda mais ao se substituir o termo ótima por sustentável.

Tais concepções e idéias orientaram a prática de planejamento no Brasil ao longo de quase quatro décadas, a partir da segunda metade do século XX, quando o planejamento estatal sequer se preocupava com os aspectos sociais e muito menos com os grupos diretamente envolvidos. (ver a respeito Lamparelli, 1982)

De fato, a idéia de uma gestão “ótima” dos recursos naturais tem suas origens nas concepções liberais da economia política do capitalismo do século XIX, inspirada no pensamento de Locke (Harvey, 1996:131). Através de um discurso técnico concernente a alocação adequada dos recursos escassos para o bem-estar humano se subsumia a dominação da natureza à lógica do mercado. Esse discurso, em aparência neutro e em nome de um pretenso bem comum, servia para mascarar a dominação hegemônica exercida através das relações de produção sobre os trabalhadores e a natureza. Dominação necessária para garantir a própria existência do capitalismo.

O segredo do sucesso da persistência e sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo reside, não apenas em sua constante reinvenção, mas em sua capacidade de articular, organizar, subordinar, controlar e gerir países diversos em um único sistema global, onde as dimensões econômicas, sociais e ambientais da reprodução social se interpenetram e confundem. Instituições internacionais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, a Organização dos Países Produtores de Petróleo, a Organização Econômica dos Países Desenvolvidos (OECD), entre outras, contribuem para a manutenção e para o exercício desse controle através do incentivo ou implementação de políticas de desenvolvimento econômico e industrialização em diversos países. (ver Escobar, 1995:71).

A ambientalização do discurso do planejamento tem suas raízes na emergência de conflitos sociais em diversas partes do mundo relacionados à gestão e apropriação dos recursos naturais. Disputas por água potável, por terras férteis, por fontes combustíveis sempre existiram e são tão antigas quanto a humanidade.

A novidade do século XX estaria na resistência à modernização e ao desenvolvimento, ao direito à diferença. Distintos dos luditas do século XIX, pequenos produtores agrícolas, camponeses e populações indígenas em diversos países mobilizam-se em defesa da preservação de sua condição de existência contra a imposição de uma modernização que se traduz pela expansão espacial do capitalismo em escala global, e pela destruição das relações pretéritas de produção à lógica do capital. Confrontam-se, assim, de um lado grupos sociais diversos mobilizados para preservar sua condição de existência e, de outro, interesses corporativos e governamentais .

Estes conflitos e os mecanismos gerais de controle do sistema capitalista fizeram com que questões, inicialmente vistas como específicas e localizadas, conquistassem outras

escalas e saíssem do âmbito puramente local e contribuíram para converter a questão ambiental em um problema global.

A noção de desenvolvimento sustentável surge, desta forma, da necessidade que estas lutas e demandas de organizações não-governamentais e de comissões das Nações Unidas impuseram de se rediscutir a concepção, então vigente, de desenvolvimento. (Mela et alii, 2001, p.80-81).

O Relatório Bruntland, elaborado em 1987 durante a plena ascensão do neoliberalismo em escala mundial, sacramenta a necessidade de um desenvolvimento sustentável em nome de um futuro comum, ao chamar a atenção para a finitude dos recursos naturais. Extirpa, assim, da noção de desenvolvimento sustentável o caráter dos conflitos sociais que lhe deram origem e, ao mesmo tempo, contribui para alimentar correntes ambientalistas de inspiração neomathusiana, que em nome de uma escassez dos recursos naturais defendem exclusivamente a natureza em detrimento de questões sociais. Releva-se, assim, o fato de que a escassez dos recursos naturais é socialmente criada e depende muitas vezes dos interesses em jogo, das alianças existentes ao nível da divisão internacional do trabalho e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas para que este ou aquele recurso seja considerado esgotável.

A noção de sustentabilidade se propaga como fogo de palha seca, porém com uma tradução inadequada em português. A expressão *sustainable development* em inglês significa desenvolvimento durável, sendo traduzido para o francês como *développement durable* e não como *développement soutenable*, o que evidencia a inadequação do termo sustentável (Moraes, 2001, p. 54).

A noção de desenvolvimento sustentável refere-se, de fato, a teorias de desenvolvimento econômico. Teorias em que o desenvolvimento concerne uma mudança qualitativa nas estratégias de reprodução social e nos vínculos econômicos prevalentes, relevando os limites do crescimento econômico.

Embora a noção de sustentabilidade do desenvolvimento ostente ares de novidade, suas origens podem ser localizadas em diversos autores do pensamento econômico. David Ricardo, em 1817 já levanta a possibilidade do crescimento econômico se sustentar e prolongar ao longo do tempo. Mais tarde Karl Marx, em *A Ideologia Alemã*, questiona a duração do capitalismo frente aos limites impostos pelas relações de produção ao desenvolvimento das forças produtivas e sua transformação em forças destrutivas. Por sua vez a concepção de “destruição criativa” de Joseph Schumpeter é inspiradora para os que veem a sustentabilidade como a solução para um capitalismo sadio. E, mesmo John Maynard Keynes, inspirador dos planos de ajustes macroeconômicos pós-1945, ao tratar do desemprego estrutural também se preocupa com a sustentabilidade do desenvolvimento do capitalismo.

A idéia, em si, portanto, não é nova, porém é atraente e sedutora, o que faz com que propostas, planos e práticas de diferentes matizes políticos, engajadas e críticas ao status quo incorporem valores capitalistas sem perceber.

Os discursos e idéias da sustentabilidade trazem em si representações, idéias e valores distintos que remetem mais aos efeitos práticos desejáveis e à busca de legitimidade política do que à construção de um conceito explicativo” (Acsegrad, 1999, p. 80).

A argumentação da sustentabilidade contribui para articular diferentes discursos em torno de uma estratégia comum – em particular estratégias voltadas para o desenvolvimento urbano e local com a preocupação ambiental e sustentável. Concordamos com Acselrad (1999, p.87) que a associação da noção de “sustentabilidade” à possibilidade de haver uma “forma social de apropriação e uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa ignorar a diversidade de formas sociais”.

Ou seja isto significa não aceitar que haja apenas uma forma adequada de uso “sustentável” e que esta sustentabilidade é forjada sobre interesses específicos relacionados à apropriação material dos recursos naturais e do território.

De fato o termo sustentabilidade significa coisas completamente diferentes para diferentes pessoas, mas “é muito difícil ser a favor de práticas ‘insustentáveis’ assim o termo cola como um reforço positivo de políticas e política conferindo-lhes a aura de serem ambientalmente sensíveis” (Harvey, 1996, p.148).

Organizações governamentais e não governamentais encamparam o desenvolvimento sustentável como o novo paradigma do desenvolvimento urbano. Embora seu caráter abrangente e atual lhe confira força política e contribua para legitimar distintas práticas, as formulações prevalentes indicam sua debilidade conceitual por sua percepção incompleta da degradação ambiental e da pobreza bem como por sua falta de clareza quanto a própria sustentabilidade, participação e emancipação social. Caberia, portanto segundo Lélé (2002) uma rigorosa redefinição conceitual para se poder adotar essa expressão criticamente.

Cidades Sustentáveis

Quase como decorrência do êxito do desenvolvimento sustentável enquanto ferramenta de legitimação de práticas urbanas neoliberais, surge no início da década de 1990 o “Programa de Cidades Sustentáveis” (SCP) das Nações Unidas. Sua criação unificou as agendas de desenvolvimento sustentável do Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nations Environment Programme UNEP) e do Centro para os Assentamentos Humanos das Nações Unidas (United Nations Centre for Human Settlements - UNCHS).

O Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), criado em 1972, enfatiza a importância do planejamento e da gestão dos assentamentos humanos, em particular em áreas urbanas, com uma preocupação indireta com a qualidade do meio ambiente desses assentamentos. De certa forma o Centro para Assentamentos Humanos, criado em 1978, converge para as preocupações do primeiro ao passar a promover padrões sustentáveis de vida em áreas urbanas e rurais, havendo sido posteriormente designado de UN-Habitat (United Nations Human Settlement Program).

O Programa das Cidades Sustentáveis das Nações Unidas, nasce assim como uma articulação desse dois programas, e define a cidade sustentável, como um lugar que dispõe de um acervo durável de recursos naturais para garantir a sustentabilidade (durabilidade) do desenvolvimento social, econômico e físico, e que conte com uma segurança durável contra riscos ambientais que ameacem o seu desenvolvimento (UNCHS/UNEP, 2005).

Um indicador do êxito desse programa é a dimensão que assumiu em menos de vinte anos. Atualmente opera em mais de trinta países de forma diferenciada com participações diversificadas. Sua proposta geral é formar quadros de governo mediante a capacitação e instrumentalização de autoridades locais e seus parceiros para a gestão e planejamento urbano sustentável das cidades.

Da mesma forma que no caso do desenvolvimento sustentável, não há uma definição conceitual, precisa e rigorosa do que se entende por uma cidade sustentável, ou lembrando dos argumentos do item anterior, o que se poderia caracterizar como uma cidade durável. Não o são todas, em sua maioria? Então por que falar em cidades sustentáveis? Ao invés de aceitar acriticamente uma definição ou programa mínimo do que se considera uma cidade sustentável, cabe entender criticamente quais os condicionantes e conseqüências relacionados a proposta de cidades sustentáveis.

Grosso modo, as abordagens relativas as cidades sustentáveis podem se dividir em três grandes veios¹, o aporte técnico, o *a priori* e o reformista.

O aporte técnico se caracteriza por interpretar o desenvolvimento urbano sustentável como uma mera questão técnica relacionada ao planejamento urbano, gerenciamento de tráfego, adoção de tecnologias limpas e ao desenho urbano. Essas propostas, adotadas por arquitetos, urbanistas e técnicos de prefeitura são vendidas e alardeadas como fórmulas mágicas de resolução dos problemas urbanos. Caracterizam-se pelo exercício demiúrgico do saber técnico e por fazer *tábula rasa* do que existe. Ao imprimir um modelo ideal de cidade sustentável com adaptações a diferentes cidades, afinal cada caso é um caso, se reduz a cidade a um conjunto de volumes construídos, de massas ambientais, artérias de tráfego e de circulação, onde prevalecem tecnologias limpas e áreas despoluídas. O que não for funcional, ou adaptável esteticamente tende a ser suprimido. Enquanto questão técnica as intervenções nesse sentido, embora geograficamente localizadas, aparecem como algo direcionado a atender um interesse geral comum, uma vez que por principio todos teriam condições de usufruí-las. Essas propostas são implementadas ignorando o que lhes antecede e sucede, alheias às diferenças e desigualdades sócio-espaciais.

No enfoque *a priori*, ou ontológico, as propostas e estudos assumem a existência *a priori* de uma cidade insustentável a ser transformada em sustentável. O desenvolvimento urbano sustentável é reificado como portador de algo positivo em si mesmo, servindo de panacéia para todos os problemas. Essa fetichização da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que legitima as propostas sustentáveis, lhes confere um caráter neutro e apolítico, afinal quem é contra a sustentabilidade? Releva-se, assim, a existência de diferentes interesses, de desigualdades sócio-espaciais, bem como os conflitos e práticas espaciais que produziram aquele espaço, objeto de intervenção.

Enfim, os estudos desde a perspectiva crítica reformista tendem a encarar o desenvolvimento sustentável e a proposta de cidades sustentáveis como uma possibilidade viável de imprimir mudanças, ainda que limitadas. Conscientes das limitações das propostas de desenvolvimento sustentável dos dois veios anteriores buscam imprimir-lhes um caráter transformador, com a observação de que “não vêm ser necessário ou sensato assumir um compromisso exclusivamente com a

transformação”, por entender que “a reforma agora é melhor do que nada e a transformação pode não ser imediatamente possível” (Hopwood, 2005:49-50). Propostas com este tipo de inspiração buscam engajar governos e grupos sociais em torno de questões comuns, de modo a promover ações diretas. Não obstante tenham consciência das assimetrias de poder existentes e das nuances do jogo político buscam soluções de compromisso. Nutrem ativismos sociais em torno de questões específicas e buscam articulá-los com ações de governo. Embora tais práticas obtenham algum sucesso, usualmente seu alcance é limitado tanto em termos sociais quanto espaciais e, por vezes, servem para legitimar planos de governo de maior alcance e obliterar possibilidades de real transformação social.

Quanto as cidades sustentáveis, concordamos com Whitehead (2003) que há de se considerar, primeiro, que a despeito do mote sustentável, estas cidades não sustentam equanimemente todos os interesses envolvidos. Tampouco constituem objetos planejados genéricos, passíveis de serem implementados de forma uniforme, de acordo com um modelo mínimo pré-definido de cidade sustentável. Pelo contrário estas cidades possuem cada uma *per se* uma história espaço-temporal própria e uma articulação particular com outras escalas. Nem se limitam a ser apenas uma outra alternativa de investimento para o capital, mas constituem uma remodelação radical de projetos neoliberais em áreas urbanas localizadas (Whitehead, 2003: 1203). Enfim, não há como se menosprezar a percepção do sistema capitalista, que vai muito além das possibilidades de investimento puro e simples. A articulação de governos locais em diversos países, em várias escalas emerge como um terreno propício de cooptação e de apaziguamento de tensões sociais, uma vez que a cidade representa um terreno crucial para a construção de um espaço diferencial e de uma sociedade mais equânime.

3. Algumas considerações finais

Sob o argumento de minimizar os impactos da produção capitalista do espaço sobre o meio ambiente, planejadores e técnicos de governo, por sua vez, propugnam o desenvolvimento urbano, ou mesmo o desenvolvimento local sustentável, o turismo ecológico, a urbanização sustentável controlada, a agricultura ecológica, o zoneamento econômico ecológico em escala regional, etc. Esses discursos de planejamento, embora ambientalizados, vão de encontro as próprias práticas de organização e regulação do espaço. Práticas que se revelam, por assim dizer, ambíguas, no concernente à sustentabilidade que se propõem a promover.

De fato, a produção social do espaço em si envolve uma apropriação da natureza e de espaços pré-existentes, nesse sentido as estratégias de desenvolvimento sustentável e a ambientalização do planejamento tem um fundo comum relacionado ao caráter estratégico que o espaço social assume para a reprodução do capital. Isto faz com que as contradições e conflitos fundamentais das sociedades contemporâneas voltem-se para disputas em torno do espaço social frente a re-apropriação e ampliação espacial do domínio da lógica capitalista. A questão ambiental aparece, assim, como expressão dos conflitos entre diferentes formas de apropriação, tanto ao nível das representações como na própria materialidade dos processos. A articulação entre ambas dimensões constitui o cerne da problemática ambiental e é tanto condição como resultado do processo de produção de transformações no espaço social.

Na luta pela dominação do espaço social, aquilo que se pode, contemporaneamente, designar de espaço natural torna-se na lógica capitalista reserva de valor, objeto de cobiça e aparentemente escasso em relação às necessidades capitalistas da reprodução das relações de produção.

Com a diluição da diferenciação rural-urbano, avanço da urbanização, e industrialização da agricultura o espaço como um todo se converte em objeto de disputa de diferentes lógicas e enfrentamentos sociais, que resultam em impactos ambientais diferenciados. Por um lado expandem-se as áreas urbanas, por outro criam-se extensos desertos verdes de monoculturas enquanto parte de complexas cadeias produtivas. Resultam daí crescentes pressões pela ocupação e uso de áreas de preservação e proteção ambiental, que se expressam em conflitos entre a função social e ambiental do espaço.

Tais conflitos decorrem, por um lado, do caráter excludente da produção capitalista do espaço, que simultaneamente ao produzir novos espaços urbanos, recuperar espaços degradados, incorporação de espaços a produção agroindustrial alija desses espaços socialmente produzidos e equipados crescentes contingentes de trabalhadores. A estes restam as periferias carentes de infra-estruturas e equipamentos, ou ainda as orlas de rios, lagoas e mananciais e as encostas de morros. Por outro lado decorrem, também, da ânsia do capital imobiliário em incorporar espaços com amenidades naturais ao seu processo produtivo, enquanto um fator diferencial, particular e não-reprodutível, para maximizar sua captura de rendas diferenciais.

Torna-se patente, assim, a interação ambiente “natural” e ambiente “construído. E, à medida que não há mais espaço “natural”² e que este também é um produto social, como pensá-lo à parte do espaço social ?

Enfim, na perspectiva de contribuir para uma economia política do espaço social fundada em uma perspectiva crítica, há que se aprofundar a reflexão sobre a natureza da ambientalização do discurso do papel do planejamento e do urbanismo e a que fins aparentemente atende. Uma vez que, ambos usualmente contribuem para a regulação e viabilização da dominação do espaço pelo capital e pelo Estado.

A ambientalização do discurso do planejamento pode contribuir, em última análise para manter e ampliar os sistemas hegemônicos de poder. Bem como para garantir a alocação de recursos naturais necessária para a acumulação de capital. Desta forma pode-se dizer que esta ambientalização estaria relacionada ao caráter geopolítico que assume a questão ambiental contemporânea, uma vez que não se encontram mais em causa apenas os interesses locais e regionais – tratar-se-ia portanto de uma nova interface da inter-relação local-global, em que o global busca interferir nos desígnios do local.

Notas

1 Whitehead (2003) define dois grandes tipos, o técnico e o a priori, ao qual acrescentamos o reformista.

2 Milton Santos (1996) salienta que não há mais espaço natural, ou seja natureza intocada, questão levantada por Henri Lefebvre (1991) ao assinalar que se o espaço (social) é um produto (social) a primeira implicação disso seria a desaparecimento do espaço natural. Para Lefebvre o espaço natural, a natureza seria aquilo que escapa a racionalidade. Mas o que não escapa à racionalidade hoje ? Mesmo as áreas mantidas como reserva de recursos naturais, capital “natural” não deixam de ser objeto desta

racionalidade na medida em que se constituem enquanto tal. Nesse sentido, Alain Lipietz (1995:10) chama a atenção para o fato de que “tudo que existe na Terra é atualmente influenciado pela atividade humana” neste sentido nenhum local deixaria de sofrer os efeitos desta atividade. A proposição do fim da “natureza natural” não é nova, mesmo Marx e Engels (1976:46 – tradução do autor) são enfáticos, em sua crítica a Feuerbach, ao afirmarem que “a natureza que precedeu a história humana, não é de modo algum a natureza em que Feuerbach vive, é uma natureza que não existe mais em lugar nenhum (exceto talvez em algumas ilhas de coral australianas de origem recente)”.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. Campinas, Ano I, nº1, p. 79-90, maio 1999.

CINVA *A Carta dos Andes*. São Paulo: Bem-Estar. (Centro Interamericano de Vivenda e Planejamento. Seminário de Técnicos e Funcionários em Planejamento Urbano, 1960.

ESCOBAR, A. Constructing Nature, elements for a poststructural political ecology. In PEET, R. & WATTS, M. *Liberation ecologies*. London: Routledge, 1996. p.46-68.

ETZIONI, A. - "Mixed Scanning: a third approach to decision making" in FALUDI, Andreas (ed) - *A reader in planning theory*- Oxford, Pergamon Press, 1973

HARVEY, D. *Justice, Nature & the Geography of Difference*. Oxford: Blackwell, 1996.

HOPWOOD, B.; MELLOR, M.; O'BRIEN, G. Sustainable development: mapping different approaches. *Sustainable Development*. 13, 2005 (38–52)

LAMPARELLI, C.M. Tres décadas de alguna planeación en Brasil (1950-1980). *Revista Interamericana de Planificación*. vol. XVI, nº 63-64, 1982 (pp.80-89)

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. London: Blackwell, 1991.

LÉLÉ, S.M. Sustainable development: A critical review. *World Development*. Vol. 19, Issue 6, June 1991, (pp. 607-621)

LIMONAD, E. *A Trajetória da Participação Social*. Rio de Janeiro: UFRJ – dissertação de mestrado, 1984.

LIPIETZ, A. *Green Hopes – the future of political ecology*. Cambridge: Polity Press, 1995.

MELA, A.; BELLONI, M.C.; DAVICO, L. *A Sociologia do Ambiente*. Lisboa: Estampa, 2001.

MARX, K. ; ENGELS, F. *The German Ideology*. Moscow: Progress, 1976

MORAES, M. B. R. *Área de Proteção Ambiental como Instrumento de Planejamento e Gestão: APA Cananéia - Iguape - Peruíbe/SP*. Dissertação de Mestrado, 2001.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Loyola, 1996.

UNCHS United Nations Centre for Human Settlements. Disponível em <<http://www.unhabitat.org/>> Acessado em 27/03/2010.

UNEP United Nations Environment Programme. Disponível em <<http://www.unep.org/>> Acessado em 28/03/2010.

UN-HABITAT (UNCHS/UNEP) Sustainable cities programme. Disponível em <<http://ww2.unhabitat.org/programmes/sustainablecities/aboutus2005.asp>> Acessado em 25/03/2010.

Referencia bibliográfica

LIMONAD, Ester. A natureza da “ambientalização” do discurso do planejamento. *La planificación territorial y el urbanismo desde el diálogo y la participación. Actas del XI Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Buenos Aires, 2–7 de mayo de 2010
<<http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo/geocritica2010/643.htm>>

volver al programa

